



GT 02 – Compreendendo as Conexões e interfaces do Direito à Cidade com a Justiça Climática e o Racismo Ambiental.

COLONIALIDADE URBANA E O RACISMO AMBIENTAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Renatha Gonçalves da Mota e Silva¹
Ana Claudia Rocha Cavalcanti²

1 INTRODUÇÃO

O estudo surge a partir da problemática de como a desigualdade urbana afeta desproporcionalmente as crianças racializadas na América Latina. O objetivo central é compreender como a corrente decolonial concebe as segregações urbanas contemporâneas e suas práticas de enfiamento. Os objetivos específicos são; investigar como a colonialidade e o racismo ambiental se apresentam na espacialidade urbana e na vivência infantil e perquirir como o Programa *Buen Comienzo* atua na promoção do direito à cidade e na democratização urbana infantil. Posto que, o estudo parte do questionamento; como a compreensão da colonialidade urbana e do racismo ambiental se correlacionam com a vulnerabilização urbana infantil?. A abordagem metodologia teve natureza qualitativa baseada na revisão de literatura e a coleta de dados partiu da análise de artigos científicos e documentos. Os principais resultados apontam que na contemporaneidade o domínio social e econômico da colonialidade reflete em uma territorialidade racialmente segregada e limitada ao seu valor econômico, assim, dentre as principais estratégias do Programa *Buen Comienzo*

¹ Mestranda em Direitos Humanos pela UFPE, e-mail:renathamotta18@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, Professora do PPGDH, e-mail:ana.rcavalcanti@ufpe.br.



atuou na promoção centralidade urbana com a construção de espaços públicos infantis e na democratização dos acessos a direitos fundamentais.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 COLONIALIDADE URBANA E O RACISMO AMBIENTAL

A compreensão da cidade se fixa como espaço essencialmente público e democrático. Contudo, essa ideia vem sendo atravessada desde o século XX, pela incidência da sistemática capitalista em sua métrica de organização social, que conforme Maricato³ resume a vivência urbana a lógica neoliberal de mercado. Desse modo, para Rolnik⁴ a desconexão de um anseio emancipatório urbanístico e o caráter latente dos paradigmas coloniais de racialização e marginalização, influenciam em uma espacialidade urbana estratificada.

Nesse sentido, a colonialidade, conforme Ballestrin⁵ surge como conceito que desnuda o sistema-mundo da dominação colonial que se posterga na contemporaneidade. A ideia de colonialidade é concebida pelo movimento crítico Modernidade/Colonialidade proposto no fim de 1990. Assim, Alves, Monteiro e Oliveira⁶ apontam que “o capitalismo, o racismo e o patriarcado são estruturantes inseparáveis das relações coloniais, que só poderão ser superados historicamente de maneira conjunta e integrada. A colonialidade, imposta materialmente com a conquista e a colonização de território”.

Sob outro aspecto, a concepção do termo racismo ambiental surge nos Estados Unidos, em 1970, a partir dos movimentos dos direitos civis, buscando aclarar a relação entre a exposição desigual aos riscos ambientais para as comunidades racializadas. Posto que,

³ MARICATO, E.. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

⁴ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

⁵ BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio 2013.

⁶ ALVES, G. C.; MONTEIRO, P. G. ; OLIVEIRA, F. G. D.. Tecendo memórias no fio da luta: decolonialidade na história da cidade. **Revista VIRUS**, São Carlos, Brasil, v. 1, n. 23, 2021, p. 3. Disponível em: <https://revistas.usp.br/virus/article/view/229101>. Acesso em: 4 ago. 2025.



para Souza⁷ na contemporaneidade a incidência da estratificação ambiental na América Latina evidencia como a atuação tecnológica do racismo persiste, ao definir o controle e a sujeição dos corpos racializados e a sua disposição territorial.

Dessa forma, os dados demonstram como o racismo ambiental se apresenta na América Latina. Conforme o Instituto Pólis⁸ a relação entre habitações em áreas de risco, baixa infraestrutura e insalubridade é mais recorrente as famílias negras de baixa renda, tornando esse grupo mais suscetível a desastres naturais. Se observa também, que conforme a UNICEF⁹ na América Latina os jovens (crianças e adolescentes) das zonas urbanas são 44% dos mais afetados pela precarização habitacional. Isto posto, inferimos que o racismo ambiental afetaria majoritariamente as crianças negras e periféricas dos centros urbanos.

2.2 PROGRAMA BUEN COMIENZO E A DESIGUALDADE URBANA INFANTIL

No início dos anos 2000, a Colômbia um país marcado por suas heranças afro indígenas, vivia altos índices de desigualdade social e uma crise na segurança pública, fatores que tornavam o espaço urbano conflituoso da violência e pobreza. Assim, em 2004, conforme Herrera¹⁰ é lançado o Programa *Buen Comienzo* como Política Pública de atenção a primeira infância em Medellín na Colômbia. O Programa estabeleceu com objetivo central a promoção do desenvolvimento infantil desde a gestação até os 5 anos, seguindo uma perspectiva interdisciplinar com a proteção de direitos e modo interinstitucional.

⁷ SOUZA, A. S. D. . Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito. EDUFBA, 2015.

⁸ INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. São Paulo: **Instituto Pólis**, jul. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

⁹ UNICEF. Niños y niñas en América Latina y el Caribe: panorama 2020. Panamá: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/21901/file/NNAenALC2020-a-una-pagina.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

¹⁰ HERRERA R., M. L. . Documento de trabajo interno: Políticas y programas de atención integral a la primera infancia – la experiencia de Medellín y el programa Buen Comienzo. Medellín: Proantioquia – Fundación para el progreso de Antioquia; Alcaldía de Medellín, mayo 2012.



Nesse sentido, embora os objetivos do Programa não mencionem a diminuição da desigualdade urbana e do racismo ambiental, conforme Garcia, Arrubla e Escobar¹¹ o público principal do *Buen Comienzo* são crianças residentes de zona periféricas, assim, considerando que o conceito de racismo ambiental aponta a interseccionalidade entre raça, pobreza e falta de acessos a infraestrutura e a serviços públicos urbanos o Programa concebe instrumentos para o seu enfrentamento.

Assim, conforme López¹² o Programa que dentre suas iniciativas se propõe a alterar os paradigmas urbano ao construir instrumentos públicos democráticos de convivência e desenvolvimento social infantil, abrindo espaço para as reafirmações culturais locais, promovendo práticas pedagógicas e de cuidado.

Desse modo, conforme Herrera¹³ em 2012 o Programa havia construído 19 Jardins de Infância e 72 Ludotecas (espaço de jogos, recreação e prática de esportes), com acesso a alimentação e acompanhamento médico, além da formação pedagógica dentre outros serviços. Assim, o reconhecimento das estratégias transversais se apresentam como vias de contraposição ao sistema complexo no qual a desigualdade e o racismo se apresentam.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, infere-se como a decolonialidade urbana depende de uma remodelação das dinâmicas e leituras do tecido urbano, com afincos de contrapor a métrica hegemônica e racista de subalternização e controle dos corpos. Assim, Sánchez¹⁴ aponta a necessidade de concretização do conceito justiça ambiental, que surge para ocupar um espaço de ausências e denegação, a fim de reivindicar como ideal de direitos inerentes a humanidade e ao bem-

¹¹ GARCÍA, G. Y. C. ; A. C. P. ; ESCOBAR, Á. S. L. . Perfil socio demográfico y de mortalidad infantil programa “Buen Comienzo”, Medellín 2009-2016. 2020.

¹² LÓPEZ, D. L. Q. La producción del espacio en los jardines infantiles del programa Buen Comienzo. 2019. Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, Departamento de Educación Avanzada, Medellín, Colombia.

¹³ Ibid., p.11.

¹⁴ SÁNCHEZ, M. Racismo ambiental en América Latina: una perspectiva crítica. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos**, v. 2, n. 1, p. 50-68, 2018.



estar social, que se inscreve no o acesso a uma conjuntura urbana democrática e integrativa, na qual a centralidade urbana e o direito à cidade sejam impressos como máximas globais.

Posto que, podemos considerar que o Programa *Buen Comienzo* se elenca como uma estratégia indireta ao enfretamento as desigualdades sociais urbanas, contudo, ainda carece de dados e pesquisas avaliativas que analisem seus impacto na diminuição das misérias ambientais e urbana para as populações pobres e racializadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. C.; MONTEIRO, P. G. ; OLIVEIRA, F. G. D.. Tecendo memórias no fio da luta: decolonialidade na história da cidade. **Revista VIRUS**, São Carlos, Brasil, v. 1, n. 23, 2021, p. 3. Disponível em: <https://revistas.usp.br/virus/article/view/229101>.. Acesso em: 4 ago. 2025.

BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio 2013.

GARCÍA, G. Y. C. ; A. C. P. ; ESCOBAR, Á. S. L. . Perfil socio demográfico y de mortalidad infantil programa “Buen Comienzo”, Medellín 2009-2016. 2020.

HERRERA R., M. L. . Documento de trabajo interno: Políticas y programas de atención integral a la primera infancia – la experiencia de Medellín y el programa Buen Comienzo. Medellín: Proantioquia – Fundación para el progreso de Antioquia; Alcaldía de Medellín, mayo 2012.

INSTITUTO PÓLIS. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. São Paulo: **Instituto Pólis**, jul. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LÓPEZ, D. L. Q. La producción del espacio en los jardines infantiles del programa Buen Comienzo. 2019. Tesis (Doctorado en Educación) – Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, Departamento de Educación Avanzada, Medellín, Colombia.

MARICATO, E.. Para entender a crise urbana. *CaderNAU*, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

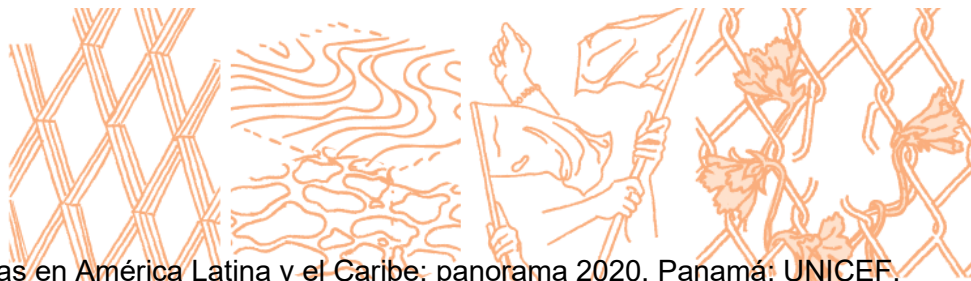
ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SÁNCHEZ, M. Racismo ambiental en América Latina: una perspectiva crítica. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos**, v. 2, n. 1, p. 50-68, 2018.

SOUZA, A. S. D. Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito. EDUFBA, 2015.

XII CBDU

CONGRESSO BRASILEIRO
DE DIREITO URBANÍSTICO



IBDU



UnB

UNICEF. Niños y niñas en América Latina y el Caribe: panorama 2020. Panamá: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/21901/file/NNAenALC2020-a-una-pagina.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

Rua Araújo, 124, República, CEP 01220-020
São Paulo – SP | Brasil
Fone: (11) 2174-6800
www.ibdu.org.br